



Recebido em 24/03/2021

Aceito em 28/05/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.37071

DOSSIÊ

A civilização chega à selva: o domínio da natureza e o desejo do “Brasil Grande” no regime civil-militar

Civilization reaches the jungle:
the domination of nature and the desire for
“Brasil Grande” in the civil-military regime

Juliana Ribeiro Marra

Doutoranda em História na UFG

orcid.org/0000-0001-6745-2106

julianamarr@gmail.com

RESUMO: Neste texto analiso como o regime civil-militar procurou objetivar a natureza, dominando-a e integrando-a ao projeto modernizante e tecnocrático que desejaram implantar no Brasil a partir do golpe de 1964. As revistas de grande circulação nacional – sobretudo as que lançavam mão da técnica do fotojornalismo, *O Cruzeiro* e *Manchete* – compõem o corpus documental da pesquisa, que se fundamenta tanto na análise das fotografias quanto nos discursos veiculados nos textos das fotorreportagens. Indo além, busquei perceber como essa concepção almejou atingir amplamente a população brasileira, imprimindo nela novas formas de identificação, condizentes com o país em formação, isto é, o “Brasil Grande”.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza. Regime civil-militar. *O Cruzeiro*. *Manchete*.

ABSTRACT: In this text I analyze how the acute civil-military regime objectifies nature, dominating it and integrating it with a modernizing and technocratic project that they wished to implant in Brazil after the 1964 coup. The magazines of great national circulation – especially those that used the technique of photojournalism, *O Cruzeiro* and *Manchete* – make up the documentary corpus of the research, which is based both on the image analysis of the photographs and on the speeches conveyed in the texts of the photoreports. Going further, I sought to understand how this conception aimed to reach the Brazilian population widely, printing new forms of identification in it, consistent with the country in formation, that is, the “*Brasil Grande*”.

KEYWORDS: Nature. Civil-military regime. *O Cruzeiro*. *Manchete*.

Introdução

Quando analisamos os discursos atuais no Brasil acerca dos recursos naturais, da sua conservação, da manipulação através da técnica e da ciência e, principalmente, do ponto de vista político, é necessário que retomemos uma discussão que não pode ser dissociada de um passado recente. Pensar a atual posição do país no que se refere às

questões do meio ambiente sem levar em consideração a forma pela qual a natureza foi retratada e objetivada durante o regime civil-militar que se instaurou no país entre 1964 e 1985, significa ignorar que esses discursos são construídos dentro de uma perspectiva histórica.

Essa retomada do período se deve menos à proximidade temporal do que pela política desenvolvimentista e integracionista adotada pelos militares e amparada e desfrutada por setores da sociedade civil, sobretudo o empresarial. É sabido que, ainda que o processo de ocupação do Brasil tenha feito prevalecer a devastação, a floresta amazônica, por exemplo, permaneceu praticamente intocada até a década de 1960. Somente a partir desse período ocorreu uma maior integração do território brasileiro pelo processo de desenvolvimento tecnológico e nacional, pilares fundamentais dos governos militares. Contudo, tal como foi concebido, esse desenvolvimento pressupunha o desmatamento, ocorrendo assim a abertura das últimas fronteiras existentes entre a natureza e a dita “civilização” brasileira.

Nesse sentido, a pesquisa em fontes documentais realizadas dentro de um projeto de iniciação científica realizado no início dos anos 2000, evidenciou-me a necessidade de *historicizar* a concepção de natureza vigente em uma política que privilegiou a técnica, o progresso e o desenvolvimento tecnológico a qualquer custo, bem como me colocou reflexões sobre a forma como a política ambiental vinha se desenvolvendo no Brasil. À época, observei também como lentamente vínhamos consolidando outra política, com a democracia supostamente estabilizada e com a ampla participação social dos movimentos ecológicos. Hoje, quinze anos após o encerramento do projeto de pesquisa, temos diante de nossos olhos aquela política ambiental implantada pelo regime não apenas retomada, como também com raízes sólidas e arraigadas em nossos territórios, corpos, políticas, discursos e ações.

Nesse projeto tínhamos como corpus documental as revistas de circulação nacional *O Cruzeiro* e *Manchete*. Analisei reportagens e propagandas publicitárias que permitem perceber como a natureza era pensada e problematizada no período, dentro da perspectiva do governo e também do mercado. Destaquei nessas (foto)reportagens as propostas desses governos para interferirem na natureza, transformando-a e integrando-a ao país em criação, o chamado “Brasil Grande”. Antes, porém, cabe analisar como essas propostas eram abordadas por essas revistas e porque elas adotavam determinada perspectiva, esclarecendo a razão da escolha desses meios de comunicação como “porta-vozes” da política governamental dos militares.

As revistas de circulação nacional e a importância do fotojornalismo

No livro *A moderna tradição brasileira* (1988), Renato Ortiz propõe que a moderna sociedade brasileira se impõe como uma realidade (uma tradição) e não mais como um projeto de construção nacional, como fora no passado. Para desdobrar essa problemática ele opta por um estudo sobre a emergência da indústria cultural no Brasil, analisando dois períodos da história recente do país: um primeiro, referente aos anos 1940 e 1950, que se caracteriza pela incipiência da “indústria cultural” e da

cultura popular de massa e um segundo, relativo aos anos 1960 e 1970, que se define pela consolidação de um mercado de bens culturais.

Segundo Ortiz (1988), é somente na década de 40 que se pode considerar seriamente a presença de uma série de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa no Brasil. Isto está associado à consolidação da sociedade urbano-industrial e é dentro desse contexto mais amplo que são redefinidos os antigos meios de comunicação e direcionadas as técnicas (como da televisão e do rádio). A mudança, no entanto, não ocorre só na realidade concreta dos modos comunicativos que institui uma cultura de mercado. É também necessário que toda a sociedade se reestruture para que eles adquiram um novo significado e uma amplitude social. Ainda assim, nessa fase a cultura de mercado é caracterizada por uma precariedade que pode ser relacionada à incipiência da profissionalização das áreas ligadas à cultura, bem como associada às dificuldades tecnológicas e materiais de uma “indústria cultural”.

Somente nas décadas de 60 e 70 é que o mercado de bens culturais de fato se consolida no país. O Estado militar aprofunda as medidas econômicas tomadas no governo Juscelino, sendo o período considerado como a “segunda revolução industrial”. É um momento de reorganização da economia brasileira e ao lado do crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, tem-se o fortalecimento da produção e do mercado de bens culturais (ORTIZ, 1988). Em relação ao fortalecimento dessa cultura de mercado, a Ideologia da Segurança Nacional, que pressupunha acima de tudo a integração nacional, cumpriu importante papel enquanto projeto de objetivação da natureza (“política ambiental”) proposta por este mesmo governo.

Trata-se de um Estado que é percebido como o centro nevrálgico de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos, daí uma preocupação constante com a questão da “integração nacional”. Uma vez que a sociedade é formada por partes diferenciadas, é necessário pensar uma instância que integre, a partir de um centro, a diversidade social. (ORTIZ, 1988, p. 115)

No período do Estado militar a ideia de integração nacional é central para impulsionar e promover toda uma transformação na área de comunicações. Mas, como este Estado privilegia a área econômica, quem colhe os frutos dessas ações e investimentos são os grupos empresariais. Ambos tinham interesse em integrar o território nacional, enquanto os militares propunham a unificação política das consciências, os empresários sublinhavam a integração do mercado.

Com a consolidação de um mercado de bens culturais, a noção de nacional também se transforma e passa a ser reinterpretada em termos mercadológicos. A ideia de “nação integrada” passa a representar a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território brasileiro. Porém, em relação aos objetivos nacionais propostos pelo governo “procura-se garantir a integridade da nação na base de um discurso repressivo que elimina as disfunções, isto é, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos pressupostos como comuns e desejados por todos” (ORTIZ, 1988, p.115). Dessa forma, o Estado militar não trabalha apenas no aspecto da repressão, se interessa também em desenvolver certas atividades quando submetidas aos interesses do Estado. Reconhece-se que a cultura envolve relações de poder que podem ser malélicas quando nas mãos de dissidentes, mas que podem ser

benéficas quando circunscritas ao poder autoritário. O Estado é, portanto, repressor e incentivador de atividades culturais.

Quanto aos meios de comunicação de massa, ressalta-se “sua capacidade de difundir ideias, de se comunicar diretamente com as massas, e, sobretudo, a possibilidade que têm em criar estados emocionais coletivos” (ORTIZ, 1988, p.116). E, até meados dos anos 1970, quando a televisão realmente se torna o meio de comunicação de massa mais difundido no país, tem grande importância o rádio – no primeiro momento da “indústria cultural” no Brasil, o da incipiência, como define Ortiz – e posteriormente, as revistas de grande circulação nacional, sobretudo *O Cruzeiro* e *Manchete* – no período da consolidação do mercado de bens culturais, isto é, nos anos 60 e 70.

O período que procurei analisar de forma especial foram os anos de maturidade do regime civil-militar, pois é na década de 1970 que se intensifica a proposta desenvolvimentista do regime, que agregava a si as noções de progresso, integração e segurança nacional. Assim, a partir do que foi exposto, podemos reconhecer o potencial do material histórico que forma a base dessa investigação para o entendimento dos objetivos do Estado conjugados com os objetivos do mercado no período em questão.

O sucesso das revistas de circulação nacional nesses anos fundamenta-se no uso que elas fizeram de uma técnica especial: o fotojornalismo. Esta técnica surgiu como forma de editoração na Alemanha dos anos 1920 a partir de uma experiência fotográfica da Bauhaus. Entretanto, com o III Reich os principais representantes do fotojornalismo migraram para os Estados Unidos e a revista *Life*, lançada em 1937, tornou-se a referência para todos os periódicos do gênero. O fotojornalismo só foi possível graças às inovações tecnológicas surgidas na época, como o lançamento da *Ur Leica*, uma máquina fotográfica que tinha as vantagens de ser portátil, de fácil manuseio e sem a necessidade de flash. O fotógrafo poderia então conseguir flagrantes de pessoas em situações inesperadas, usando as fotos em reportagens da imprensa. Essa foi a principal característica que explica o sucesso, a credibilidade e o poder de convencimento dos periódicos que fizeram uso do fotojornalismo, já que “a imagem produzida por meios mecânicos é aceita sem qualquer contestação, pois tem a garantia de ser o registro implacável e fiel da realidade pela máquina, sendo esta, por sua vez, considerada como absolutamente imparcial e isenta de qualquer conteúdo ideológico (BAITZ, 2003, p. 15).

Por meio da fotografia as revistas sugerem que um fragmento da realidade é a realidade, a melhor amostra do verdadeiro, de maneira que, tomando-se a parte pelo todo, cria-se uma nova realidade, ou ao menos uma interpretação desta (BAITZ, 2003). Sabemos, no entanto, seguindo a linha de pensamento de autores como Walter Benjamin, Philippe Dubois e Roland Barthes, que tratam a fotografia como uma construção da realidade e não como uma réplica perfeita dela, que seu processo de elaboração – assim como das mídias audiovisuais – não é de forma alguma imparcial. Ao contrário, trata-se de uma série de escolhas de natureza técnica impostas ao fotógrafo que faz com que ele exteriorize um posicionamento político que interfere na produção do “registro mecânico”, realizando assim uma filtragem cultural e produzindo uma informação final que é indiscutivelmente valorativa.

Considerando que o processo de editoração das revistas era profundamente marcado pelo norte político das redações e editorias, pressupõe-se da mesma forma um uso político da fotografia, por mais que as próprias revistas afirmassem o caráter de imparcialidade das fotorreportagens e pretendessem disseminar a ideia de que, por isso, eram dignas de confiança por parte do público (BAITZ, 2003). Na década de 20 as imagens fotográficas eram predominantemente ilustrativas, completavam o artigo como apêndice do texto, havendo uma relativa autonomia entre a foto e o texto da revista. A inovação da fotorreportagem foi justamente o uso sequencial de fotos sobre um mesmo assunto (re)construindo a história narrada através da fotografia. É a imagem, e não o texto, que irá conduzir a leitura da reportagem.

A imagem fotográfica é uma forma particular de comunicação: imagens e texto se complementavam. Ao flagrar acontecimentos, selecionar momentos singulares e registrar o cotidiano, ela provoca de imediato algum tipo de emoção no leitor, podendo ser captada como realidade. A imagem fotográfica encurtava os caminhos da leitura e facilitava a apreensão de informações. (ANDRADE; CARDOSO, 2001, p. 253)

Tratava-se de um estilo de produção editorial onde texto e imagem (fotografia) eram indissociáveis. A pluralidade interpretativa que é característica da fotografia era abrandada através da articulação com a linguagem escrita, sobretudo através das legendas, que reduziam a margem de dúvida que a fotografia pudesse apresentar. A concepção de boa reportagem, para as revistas e para o público, passava pela avaliação da quantidade e da qualidade das fotos, tornando a fotografia como sinônimo de informação. Noticiar significava mostrar.

A técnica do fotojornalismo ou fotorreportagem foi extremamente inovadora e, no Brasil, sua história nas revistas se confunde com a própria história das revistas. O *Cruzeiro* foi lançada em dezembro de 1928 e, desde seu início, havia uma preocupação para que fosse um periódico de penetração nacional. Seu idealizador e proprietário, Assis Chateaubriand, providenciou um nascimento bombástico para a revista, apresentando-a sob o signo da modernidade.

Apresentando temas variados como esporte, carnaval, vida íntima de artistas de Hollywood, humor, receitas culinárias, reportagens sobre o cotidiano, política interna e internacional, *O Cruzeiro* inseria-se em um padrão de revistas recém-surgidas no mercado ianque: as revistas magazines, termo inspirado nas grandes lojas de departamentos norte-americanas. O ecletismo de assuntos em um mesmo produto cultural se colocava como uma tendência do mercado da época, tornando-se mais tarde um traço da própria cultura de massa. (BAITZ, 2003, p. 45)

Entretanto, foi somente em 1944, com a entrada do fotógrafo francês Jean Manzon para *O Cruzeiro*, que se inaugurou um padrão de reportagem sedimentada na técnica do fotojornalismo, seguindo uma tendência mundial. Até então a revista apresentava uma tiragem bem mais singela do que veio a alcançar em meados dos anos 50, após a introdução do fotojornalismo, chegando a uma tiragem média que atingia 700 mil exemplares semanais, além de outros 250 mil exemplares no exterior.

A revista *Manchete* foi lançada em abril de 1952 pela editora Bloch, que tinha à frente o empresário Adolpho Bloch. Ele apostava que havia lugar no mercado para

mais uma revista de circulação nacional, ou seja, que poderia concorrer com O Cruzeiro. E, embora a qualidade do material visual da revista fosse sensivelmente melhor do que de sua concorrente, a Manchete acompanhava de perto O Cruzeiro: vinha em forma de magazine, apresentando os mais variados temas e lançando mão da técnica do fotojornalismo. Ainda assim, foi somente em 1956 com uma reformulação da política editorial e com o investimento em equipamentos e instalações que a revista Manchete se tornou de fato uma ameaça para O Cruzeiro, de forma que a disputa culminou com a transferência de dezessete jornalistas de O Cruzeiro para a Manchete em 1958.

Pela proposta editorial, as revistas atingiam um público muito vasto. Por mais que se possa identificar, em seus princípios, um grupo ou gênero de leitores desejados – como a Manchete que afirmava se dirigir às classes A e B – a expansão das revistas no decorrer de suas histórias leva a crer que elas dividiam um amplo mercado nacional, sendo consumidas por vários estratos sociais. Tem-se assim, no Brasil, o fotojornalismo como prática marcante na história dos meios de comunicação do século XX ao prenunciar as bases de uma mídia informativa e dar substância às realidades até então distantes do cotidiano do leitor – sobretudo em relação às localidades e populações mais distantes do centro do país, em relação aos indígenas e, claro, em relação à natureza ainda inexplorada, como a floresta amazônica.

A natureza submissa: o caminho para o progresso

De modo geral, o que se percebe na análise das fotorreportagens é uma natureza que não tem valor em si, apenas enquanto meio para se atingir um almejado desenvolvimento econômico. A natureza, sobretudo a Amazônia, é vista como um imenso vazio improdutivo que só pode adquirir sentido sob a ação da técnica. Dentro dessa concepção, as revistas apresentavam um Brasil em “via de desenvolvimento”, onde a indústria trazida pelo capital externo estava redimindo o país do atraso e nos conduzindo aos parâmetros das nações do hemisfério norte. Ao montar este percurso através das fotos/imagens, esses meios de comunicação filtravam o que seria a melhor parcela do país a ser mostrada, reforçando o imaginário de país modernizado.

A natureza, portanto, nunca era retratada despropositadamente. As reportagens que abordavam problemas naturais, como secas e enchentes, não eram totalmente ignoradas, porém, a prioridade era dada às ações modernizantes que estavam transformando a natureza para colocar em prática o desenvolvimento do país, como as construções de estradas, hidrelétricas, usinas e outros.

Nos discursos dos militares reproduzidos pelas revistas, a natureza era tratada como um imenso vazio, quando não um obstáculo a ser superado e dominado com vistas à modernização. A única coisa que justificava alguma ação na natureza era a economia, por isso o Brasil deveria ser integrado, evitando a improdutividade. De acordo com esses governantes a melhor forma de promover a integração do imenso território brasileiro era construindo estradas, o progresso da nação dependeria da sua capacidade viária, daí a grande importância que teve no período, e nas revistas, o ministro dos transportes Mário Andreazza.

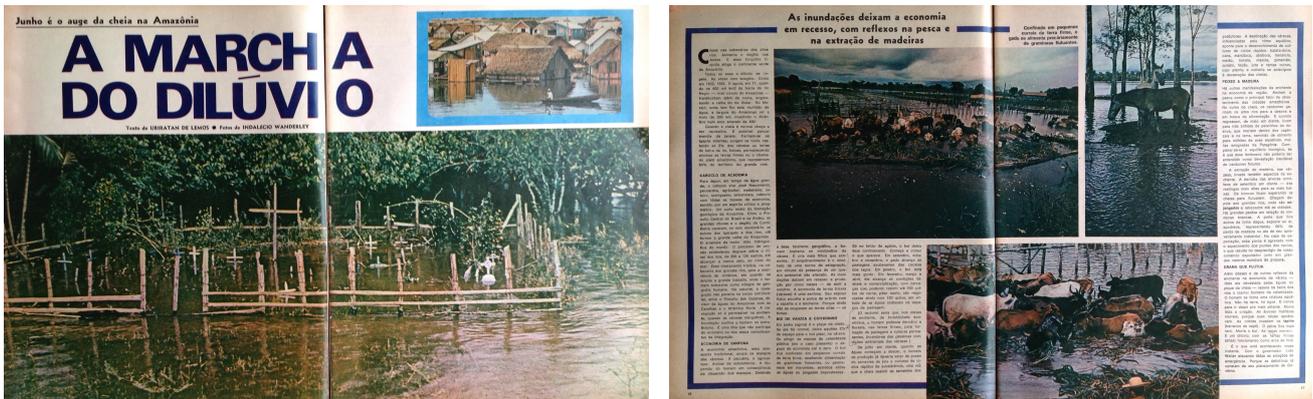
Em uma reportagem que anunciava a conclusão do trecho da rodovia Belém-Brasília, que ligava Jaraguá a Ceres, em Goiás, estão as seguintes palavras do ministro: “Em poucos anos a Amazônia estará entrecortada de rodovias básicas, para ocupar o imenso vazio brasileiro”. Na mesma reportagem a revista anuncia que “O presidente Médici inaugurou mais um trecho pavimentado da Belém-Brasília, que constitui uma peça básica para o plano base de integração da Amazônia”. (ASFALTO, 1971, p. 124). A meta do governo era recuperar o tempo perdido, por isso o Ministério dos Transportes, através do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), se empenhava na luta contra a poeira e a lama. Seus tratores construía pontes para abrir o mato e o morro que impediam passagens.

Outra matéria enfatiza a colonização da Amazônia maranhense através do projeto desenvolvimentista do governo, que penetrava na selva – nesta reportagem denominada inferno verde, como era comum à época – levando o progresso a todo o território brasileiro e integrando-o geograficamente. Trataria de um milagre dentro do milagre econômico brasileiro. Também de acordo com a reportagem,

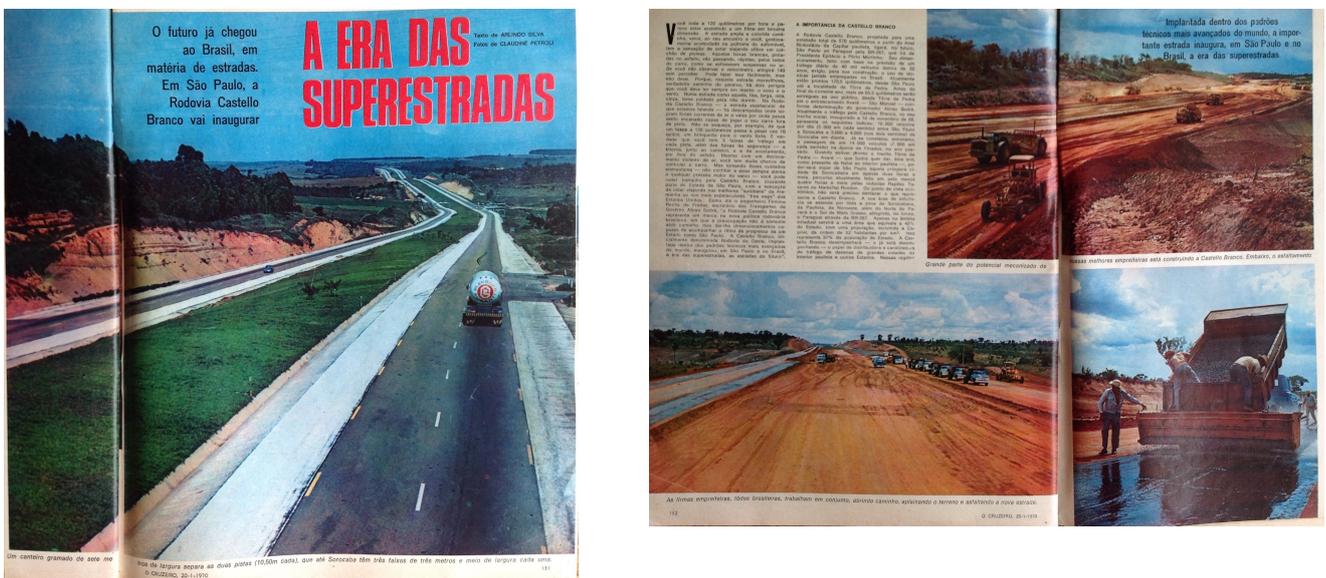
Vários tipos de estradas estão sendo construídas. Dentre elas as que mais chamam a atenção são as rodovias de penetração, que servem de frente avançada dos programas de colonização e ocupação amazônica. Esse tipo de estrada quebra o isolamento sócio-econômico dos centros produtores e complementam a integração espacial e econômica de uma vasta região do país. (MARANHÃO, 1973, p. 122)

A partir dessa justificativa econômica os discursos veiculados nas revistas passam a sugerir que a intervenção na natureza deve levar em conta apenas o desenvolvimento, não considerando os ciclos naturais ou qualquer outra especificidade do meio ambiente. Os saberes técnicos e científicos utilizados para intervir na natureza não possuíam uma preocupação ambiental, pois a exploração econômica era princípio incontestável. Não havia sentido em se pensar a existência da natureza se não fosse para servir aos interesses do homem, sendo o contrário definido como irracionalidade.

Em 1971 lemos em *O Cruzeiro* sobre as inundações causadas pela cheia no Rio Negro que prejudicavam a economia deixando-a em recesso, provocando estragos na pecuária, na agricultura e na pesca. O empobrecimento é visto como o resultado de uma norma de estagnação em virtude da presença de um quadro ambiental não alterado. As inundações deixavam a economia em recesso por cinco meses e, para evitar o agravamento desse problema, a matéria propõe que “o racional seria que, nos meses de enchente, de inviabilidade econômica, o homem pudesse derrubar a floresta, nas terras firmes, para a formação de pastagens e culturas permanentes, livrando-se das péssimas condições ambientais das várzeas” (A MARCHA, 1971, p. 16).



Quando a natureza é representada nas revistas, ela aparece numa posição de passividade, de fragilidade e submissão, sendo as ações de intervenção do governo e das empresas privadas altamente valorizadas. As fotos mostram tratores e máquinas modificando a paisagem natural, transformando “o nada” em obras que se constituem como uma síntese do Brasil “novo” que se projeta no futuro. Os textos reiteram as imagens ao falar sobre o trabalho das máquinas. Em uma fotorreportagem que trata da construção da rodovia Castelo Branco o jornalista Arlindo Silva escreve sobre o papel das construtoras que ajudam o governo a construir o milagre da Pátria comum através da engenharia: “Algum dia alguém escreverá uma página de justo louvor às companhias empreiteiras do Brasil, que abrem o ventre da terra, rasgam a selva, dominam os rios e pantanais para levar o progresso aonde, antes, só havia a pobreza, a doença, o nada”. (A ERA, 1970).



Nessa citação percebemos como a questão da doença e da saúde também era um dos principais aspectos pelos quais eram reforçados os mitos e as representações sobre a natureza, pois ela perpassava tanto os espaços urbanos quanto os territórios que ainda não estavam bem ordenados pela técnica. Além disso, o campo da saúde é, por excelência, o espaço onde o saber científico procura impor suas verdades. Tendo em vista o escasso acesso de grande parcela da população aos veículos de informação nacional especializados em ciência e tecnologia, eram também essas revistas que

divulgavam assuntos científicos e tecnológicos para leitores leigos ou que viviam em regiões distantes dos centros produtores de ciência. As revistas contribuíram para a formação de uma mentalidade científica na sociedade brasileira. Nas reportagens percebemos uma tentativa de emergir uma confiabilidade nas verdades descobertas pela ciência, se exaltava os avanços técnicos, mostrando como a ciência ajuda o homem a controlar a natureza.

A reportagem Operação Oswaldo Cruz montou as bases para a Transamazônica mostra como o Ministério da Saúde dava sustentação ao projeto de construção da Transamazônica no que diz respeito ao cuidado da “resistência física dos desbravadores” (OPERAÇÃO, 1971, p. 118). São ressaltadas as construções feitas para esse fim, como hospitais e ambulatórios, bem como as ações implementadas no sentido de prevenção e cura. Entretanto, não há muitas fotos na matéria e as que existem são bem pequenas se comparadas às fotorreportagens sobre a construção da rodovia.



Com frequência, a questão da natureza não é explícita, temos que percebê-la nas entrelinhas ou na omissão. No texto as endemias não são vistas como consequência da ação humana e da tecnologia sobre o meio ambiente. Segundo a ótica da revista, a Amazônia era o lugar selvagem de onde saíam doenças que deveriam ser combatidas com o uso da tecnologia. A ciência e a tecnologia eram apresentadas como a solução para os problemas dessa ordem; não se reconhecia que elas eram também as causadoras desses problemas ao modificar a paisagem natural. Assim, o que era ruim (a doença, no caso) vinha do natural, da selva, frequentemente reconhecida como “inferno verde”, e não da civilização, que só poderia trazer o que era bom (a cura) através dos saberes técnico-científicos.

Na tentativa de reiterar esses imaginários as revistas faziam uso de estereótipos antigos já consolidados na sociedade brasileira, que por sua vez vinham como dados, sem passar por críticas ou explicações mais profundas. As perspectivas que Carlos Fico (1997) chama de “otimista” e “pessimista” durante o regime civil-militar caminham juntas desde o período colonial, como ressalta a historiadora Laura de Melo e Souza (1986) ao pensar o mito edênico e a infernalização da colônia pelos primeiros habitantes do Brasil. Do enfoque dessas perspectivas, não escapou a natureza brasileira que ora foi vista como lugar da degradação, do horror e do atraso e ora foi vista como símbolo da utilidade e das potencialidades brasileiras. Foi, contudo, a partir dessa primeira forma de representação da natureza, que os discursos veiculados pelas revistas procuraram criar uma concepção sobre ela que perpassava pela sua (re)construção através da técnica, do desenvolvimento científico e da adoção de certas regras de civilidade. Na realidade, só depois de vencidas essas etapas é que a natureza brasileira poderia ter algum valor para o país.

A apresentação de um projeto de irrigação a 28 quilômetros do Rio São Francisco, próximo a Petrolina-PE, pela revista Manchete diz que o projeto está cercado de seca por todos os lados e a paisagem permite que se veja seus limites: “de um lado a desolação, de outro, toda a fertilidade do mundo” (COMO, 1969, p. 106). A ideia era que através da ação humana e da tecnologia, a natureza poderia, mesmo nos lugares mais insípidos como o Nordeste, dar bons resultados, o que não ocorreria caso ela continuasse seguindo o seu curso natural, sendo afligida pela seca.



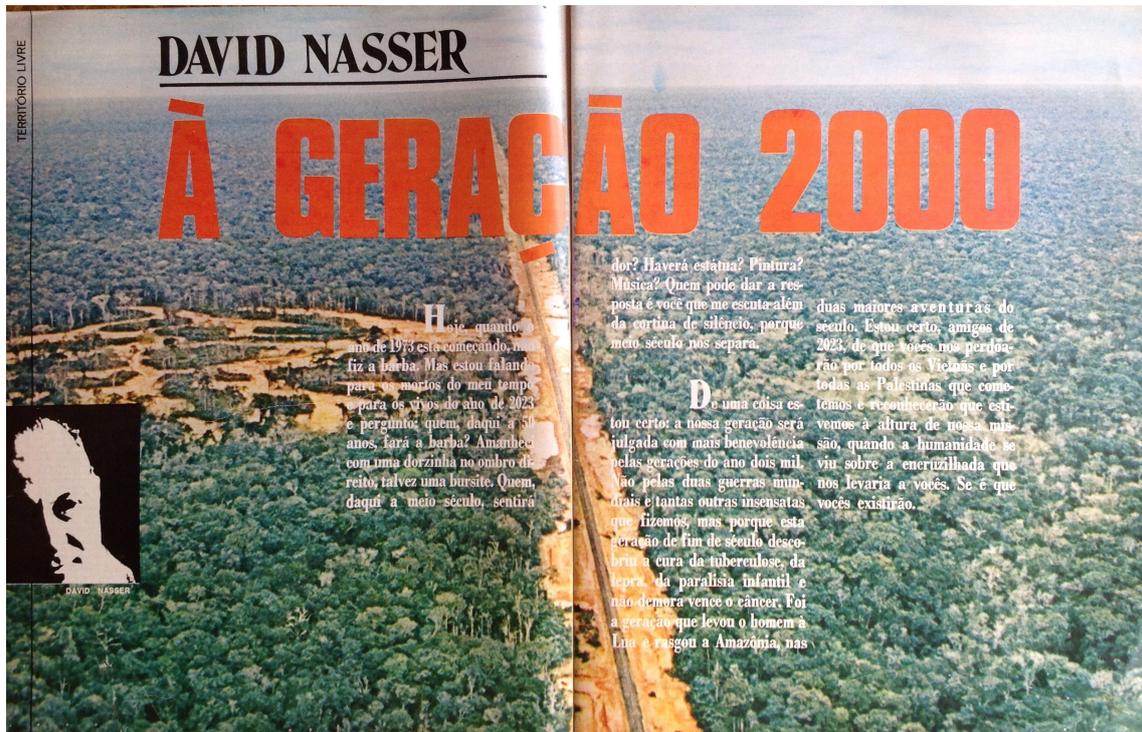
A ocupação do vazio

Os discursos veiculados pelas revistas tentaram emergir na sociedade uma noção de otimismo, de crença no Brasil como o país do futuro e a ideia de que com uma reorganização social estaríamos aptos a se modernizar e atingir o tão sonhado progresso. Com entusiasmo, o país era registrado com a certeza de estar trilhando o caminho da modernidade. Todas as revistas abordavam os aspectos positivos da industrialização brasileira e seu impacto no cotidiano das grandes cidades ou das populações mais distantes possíveis do centro industrial do país.

Na fotorreportagem *A era das superestradas* (1970, p. 133), o engenheiro Firmino Rocha de Freitas, secretário dos Transportes do governo de São Paulo diz à revista que “a rodovia Castelo Branco representa um marco na política rodoviária brasileira, em que a preocupação não é somente abrir caminho, mas dar-lhe dimensionamento capazes de acompanhar o ritmo de progresso”.

É dentro dessa perspectiva que as rodovias eram construídas na década de 1970, procurando integrar todo o território brasileiro mediante o encurtamento das distâncias econômicas e propiciando um crescimento do parque industrial brasileiro. A ampliação da rede de estradas foi possibilitada pelo Plano de Integração Nacional (PIN), criado pelo presidente General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que foi iniciado com a promulgação do famoso decreto-lei 1106/70 e implementado com o início das obras de conquista da Amazônia.

As principais frentes de ação do governo se concentraram na Amazônia e no Nordeste, através da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Várias reportagens foram publicadas na década de 70 apoiando a construção da rodovia Transamazônica e de outras rodovias que tinham o objetivo de integrar o Brasil. Em um texto da coluna de David Nasser, a Transamazônica é exaltada como um dos maiores feitos da humanidade no século XX. Segundo Nasser, a geração dos anos 60/70 foi “a geração que levou o homem à lua e rasgou a Amazônia, nas duas maiores aventuras do século” (*À GERAÇÃO*, 1972, p. 13). A enorme fotografia que ilustra seu breve texto é emblemática ao mostrar o legado que quiseram deixar, e deixaram, “à geração 2000”.

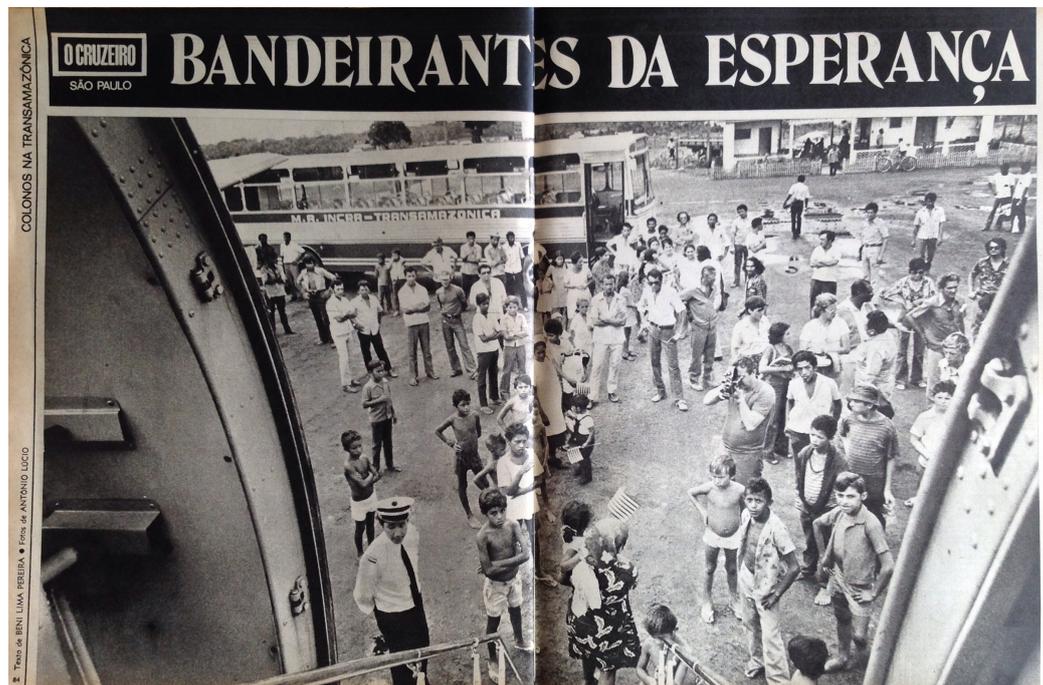


As obras da rodovia são tratadas assiduamente nas revistas, mostrando, num tom enaltecedor, a dimensão da interferência do homem na natureza:

Ao todo, o desmatamento correspondeu a 68 milhões e 180 mil metros quadrados e o movimento de terras atingiu quatro milhões de metros cúbicos. O desmatamento ocupou três metros de largura e uma das preocupações dos engenheiros é impedir que a floresta invada novamente a faixa derrubada. (OS CAMINHOS, 02 ago 1972, p. 17)

As revistas, simultaneamente ao apoio dado ao governo pela construção dessas rodovias, costumavam lançar reportagens que incentivavam a ida de colonos para áreas inexploradas economicamente. Colonos na Transamazônica: bandeirantes da esperança (1973) mostra a migração de pessoas que não conseguiram se estabilizar em grandes cidades para a Amazônia, num desditoso resgate da ação bandeirante dos séculos XVI ao XVIII. Os colonos se dirigiam a região para lidar com a agricultura e com a pecuária. A reportagem termina com o seguinte apelo:

Ainda há muito lugar para paulistas na Transamazônica. Dos que estão instalados nas margens da estrada quase 500 pessoas deixaram São Paulo. Em 1973, os vôos da VASP serão reiniciados. E os 1200 quilômetros, já abertos, dessa rodovia serão o melhor lugar para quem sempre quis um pedaço de terra e nunca conseguiu. (COLONOS. 1973, p. 89)



Rachel de Queiroz, colunista da revista *O Cruzeiro* durante os anos 1970 – e apologista declarada do regime – procura mostrar que, para a resolução de grande parte dos problemas do Brasil, bastaria a contribuição do povo. Segundo ela, por um lado o Brasil precisa ser ocupado, colonizado, por outro, os jovens necessitam de emprego e oportunidade (HORA, 1971, p. 130). Além dessas reportagens que procuravam promover a ocupação do vasto território brasileiro, outras eram publicadas mostrando o incentivo dos governantes de regiões afastadas à colonização, inclusive econômica.

O governador do Acre, Wanderley Dantas, promoveu uma política em que buscava fazer um aproveitamento racionalizado das terras do estado, incentivando a produção agrícola e pecuária. O “novo Acre” se propunha a abrir suas portas para receber o empresariado de todo o país. A reportagem diz que esses novos colonos se instalavam nas terras dominando a natureza através de seus conhecimentos e equipamentos técnicos com a certeza de que obteriam êxito à curto prazo (ACRE, 1973, p. 119).

Com a efetivação da ida dos colonos para a Amazônia, começaram a surgir centros urbanos e o governo passou a apoiar a construção de novas cidades em territórios onde a natureza ainda não fora conquistada pelo homem. As cidades construídas em plena selva amazônica faziam parte de um programa de ocupação com o objetivo de ampliar a frente econômica brasileira na Amazônia e criar condições de complexos de produção integrados à economia brasileira. Este foi o caso da cidade Vera, construída no meio da selva pelo “novo bandeirante” Enio Pepino. Depois de trabalhar no Paraná, o empreendedor voltava suas vistas, “com ótica de homem prático e objetivo”, para o Mato-Grosso, onde existia uma perspectiva promissora para o futuro. Assim, o novo bandeirante

convocou sua equipe – agrônomos, técnicos, jovens e velhos -, todos sintonizados com seu plano de trabalho e invadiu a selva da Amazônia mato-grossense, agressivamente. Em poucos meses dava a imagem plástica de seu sonho. Derrubou matas, saneou, construiu um campo de aviação... (CIDADE, 1972, p.242).

Aconteceu também que, com a natureza sendo objetivada pelo viés do desenvolvimento econômico, novos conhecimentos começaram a ser produzidos sobre a região amazônica, fazendo com que o governo lançasse vários projetos com a intenção de possibilitar uma intervenção mais precisa no ambiente natural. No início da década de 70 foi lançado o Projeto Radam, responsável por fazer um mapeamento, através da utilização de radares, dos recursos naturais que se encontram na floresta amazônica. Muitos projetos de exploração foram feitos a partir dos dados do Projeto Radam. A Petrobrás, por exemplo, tinha como objetivo explorar o potencial petrolífero da bacia do Acre em uma ação conjunta com o projeto. Para a revista,

o projeto Radam se baseia em um conceito econômico global para o levantamento da região. O diagnóstico para cada área corresponde às informações sobre cada recurso e a comparação destes dados entre si. O que permitirá dizer ao planejador “o que fazer”, ao colono “o que plantar” e ao geólogo “onde explorar”. (O PROJETO, 1972, p. 68).

Constituindo uma nova identificação para a população

É importante notar que, além de ordenar a natureza, saberes como o Projeto Radam buscavam normalizar os indivíduos, através da imposição de uma identidade modelo, tornando-os aptos a utilizarem os instrumentos técnicos produzidos pela ciência. A propaganda era vista como modelo sugerido de comportamentos adequados, modelo daquilo que deveria ser a “leitura correta” da sociedade brasileira. As revistas apresentavam os habitantes da região amazônica de uma forma estereotipada, como por exemplo, que a região estava estagnada porque os nativos criavam muitos filhos ao invés de se preocuparem com a economia (A MARCHA, 1971, p. 15).

Esses discursos intencionavam criar uma desidentificação do indivíduo em relação ao seu modo de vida anterior, pois a relação entre tecnologia e desenvolvimento implicava automaticamente em uma desvalorização do sujeito que se mostrava incapaz de assimilar os discursos científicos ou aceitar as sociabilidades que eram impressas a partir da introdução de novas tecnologias. Com uma linguagem pautada na ciência e na tecnologia, visavam construir o “Brasil Grande”, fazendo nascer uma nova compreensão de natureza, procurando intervir nas vontades dos indivíduos e criando o desejo de domínio da natureza através da técnica.

A reportagem Samaúma: o barco da esperança para a Amazônia mostra como o Programa Polamazônica viabilizou recursos financeiros para que o SENAI/SENAC realizassem cursos destinados à formação profissional e promoção social daquelas comunidades até então carentes desse tipo de atendimento. Isso foi feito através de um barco que percorreu as bacias hidrográficas dos estados do Amazonas, Acre e Roraima, levando conhecimentos técnicos de intervenção no meio natural para as famílias que viviam às margens dos rios, pois de acordo com a reportagem, “suas vidas estão

vinculada(s) diretamente a um extrativismo primário e torna-se necessária uma ação concreta, no sentido de lhes oferecer as mínimas oportunidades de aprimoramento” (SAMAUMA, 1979, p. 132).



Renato Ortiz (2001, p. 30-32) apresenta como no Brasil a ideia de moderno normalmente se associa a valores como progresso e civilização, articulando subdesenvolvimento com uma vontade de reconhecimento que as classes dominantes ressentem. Daí essa atitude estar diretamente relacionada à preocupação acerca da opinião estrangeira sobre nós, demonstrando o esforço do Brasil em construir uma imagem de si condizente com o imaginário civilizado.

Laymert Garcia dos Santos (2003), também sociólogo, complementa essa ideia ao refletir sobre a “obsessão do descompasso” – expressão inicialmente empregada por Alfredo Bosi no livro Dialética da colonização (1992). Segundo Santos, ela parece ser a derradeira manifestação da mente colonizada e é quem mede a distância entre o Brasil e as sociedades capitalistas avançadas, expressando-se como a síndrome da modernização. Embora os autores discordem quanto à modernização do país – para Ortiz ela já é uma tradição, para Santos, ela não se efetivou –, ambos reconhecem o problema de se procurar a razão do subdesenvolvimento do país no comportamento atrasado do povo e na “cultura nacional”. Para a mente colonizada “o problema não é o sistema, o problema é o homem. Os brasileiros precisam mudar, ficar modernos” (SANTOS, 2003, p. 50).

Se se parte das palavras de Santos para compreender a mente colonizada, temos então os militares como representantes exemplares desse tipo de pensamento. O ministro Andreazza ao defender o projeto integracionista, enfatizou que o vazio demográfico e econômico da Amazônia existia por causa da dependência de seus rios

para a locomoção, fazendo com que a gente daquela terra vivesse confinada nas próprias carências, espalhadas às margens dos rios ou ilhada em clareiras, sem acesso a terras férteis e ricas em potencialidades. Ele questiona:

Porque não assegurar-lhes outras possibilidades sociais e econômicas em outras regiões mais férteis e estáveis? Não vai nisso nenhum desamor ou descaso com relação à vasta rede fluvial amazonense, a maior do mundo. Sem embargo da existência da disponibilidade desse expressivo sistema isolado de transporte, a rarefeita população da Amazônia, por ele condicionada, adquiriu caráter ribeirinho, dispondo de escassos recursos e sendo conduzida a desenvolver tendências regressivas e isolacionistas, dedicando-se em sua maior parte a atividades primárias, em simples e rudimentar economia de subsistência. (ANDREAZZA, 1975, p. 8).

A grande fotorreportagem sobre o São Francisco – que tem quase completamente suas doze páginas ocupadas por fotos das paisagens da região do rio –, enfatiza a necessidade de dominar a natureza e conquistar a beleza e a tradição do país. Ela mostra como os antigos vapores importados dos EUA se adaptavam bem à paisagem e diz que eles são responsáveis pelo desmatamento, embora isso não pareça ser um problema, pois se trata de uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento. Afirmam que, apesar das embarcações serem arcaicas tecnologicamente, no tempo em que elas não existiam a vida no lugar era muito pior. O que é realmente interessante nessa reportagem é a questão da cultura local e popular ser secundarizada e desqualificada pelo jornalista que escreve que “embora o povo da região cultive o folclore preferem as guitarras elétricas e a música das grandes cidades” (COMO, 1969, p. 102-103).

Ainda para Santos (2003, p. 57), “a obsessão do descompasso impede de reconhecer o que é válido na tradição, pois ela está sempre partindo do que falta, e não do que realmente existe. Os olhos colonizados não podem ver valor algum no país – principalmente o valor de sua biodiversidade e de sua sociodiversidade”. Algo que convém questionar, neste caso, é se os discursos que divulgavam a ciência e tecnologia se apresentavam como estratégia de constituição de nova identidade para a população e procuravam introduzir uma nova compreensão sobre natureza. Segundo Carlos Fico,

a mais duradoura ditadura brasileira preocupar-se-ia em conformar um novo padrão de comportamento social, compatível com um patamar de desenvolvimento econômico (que mais desejou do que consolidou). Tratava-se, então, não só de convencer a todos das potencialidades brasileiras, mas de sugerir que, como essas riquezas nos dariam ingresso ao “mundo desenvolvido”, eram desejáveis certas regras de conduta, de civilidade. Esse debutar, portanto, deveria ser cercado de muitos cuidados: era essencial que comportamentos e convicções adequados se espraiassem por toda a sociedade. (FICO, 1997, p. 23)

É importante dizer que esses comportamentos e convicções que eram sugeridos pelas revistas também faziam parte da doutrina de Segurança Nacional que, entre outras coisas, procurava afastar o fantasma do comunismo do país. Para o governo, era evidente que implantando indústrias, proporcionando o desenvolvimento econômico do país e conformando toda a população brasileira dentro desses ideais, através da integração nacional, este grande mal estaria definitivamente expurgado.

Nesse sentido, Rachel de Queiroz comparou a iniciativa do regime militar com a dos Estados Unidos – principal representante das nações desenvolvidas e modelo de civilidade para o Brasil – ao dizer que, apesar do atraso do Brasil em relação aos EUA, dispomos da vantagem de já termos gente brasileira para empreender essa proposta de ocupação. Utilizando uma metáfora com a agricultura ela diz que já temos “uma seleção de mudas (o futuro é enfatizado nessa palavra) adaptadas para mandar para o Oeste”. Isto pode ser entendido como pessoas adaptadas “ideologicamente e psicologicamente” às concepções dos militares do país em formação.

A escritora finaliza dizendo que “não temos só do melhor, não plantamos só *trigo-louro* quase tudo é *feijão-mulatinho*”, assumindo uma postura evidentemente preconceituosa e racista em relação à população brasileira, constituída em maior parte por negros e afrodescendentes. Porém, apesar disso, não correríamos “o risco de invasão estrangeira como aconteceu com os EUA”, de maneira que não teríamos “plantas carnívoras”, que vão contra os princípios do governo, ou seja, o tão assombroso comunismo (HORA, 1971, p. 130).

Os problemas ambientais na década de 1970

Apesar de O Cruzeiro e Manchete serem os meios de comunicação impressos de circulação nacional que cumpriram o papel de cooptar a população em torno do ideal de desenvolvimento, progresso e crença no futuro durante os anos 1970, isso não foi regra geral entre todos os veículos de comunicação dessa espécie. É exatamente por este motivo que O Cruzeiro e Manchete constituíram-se como fontes básicas dessa pesquisa, cujo objetivo principal foi analisar como o regime civil-militar objetivou a natureza.

Reportagens como das revistas Realidade, Civilização Brasileira e Veja mostravam-se essencialmente diferentes do fotojornalismo exercido por O Cruzeiro e Manchete que, na medida em que o tempo passava desde a época de seus lançamentos e aumentava a experiência dos editores, tornavam-se superficiais para agradar mais leitores (ANDRADE; CARDOSO, 2001, p. 255). Aquelas tinham como alvo um público mais restrito e praticavam um jornalismo profundo, na medida em que se pretendia crítico. Principalmente no caso da revista Realidade, nenhuma até então fora tão ousada e criativa, mergulhando fundo na base do jornalismo: a apuração e investigação dos fatos.

Entretanto, cabe lembrar o papel exercido pela censura sobre os meios de comunicação durante o período ditatorial, de forma que, por mais que algum veículo não fosse entusiasta dos governos, dificilmente conseguia-se fazer circular discursos nos quais fossem atacadas as propostas e ideologias dos militares. A revista Realidade, por exemplo, publicada entre 1966 e 1976, passou a ter dificuldades nas pautas com o fortalecimento da censura a partir de 1968 e seu jornalismo exclusivo passou a dar espaço a textos menos contundentes, até ter seu direito de impressão suprimido.

Em uma matéria dessa revista fala-se sobre os quatro dias em que a fumaça provocada pela poluição (*smog*) se abateu sobre Londres em 1952, matando milhares de pessoas, e a luta que a cidade empreendeu depois da catástrofe, entrando em vigor

lembraram de encher um foguete com detritos de material e lançá-lo para além da nossa zona de gravitação?”.

Apesar de denunciar o aumento das “exalações mefíticas das desgraçadas invenções do louco engenho humano”, ela não defende, no texto, a diminuição da poluição. Não é a modernização que traz consigo a produção exagerada de detritos, o grande problema é “que está havendo é gente demais no mundo”. Por último, a colunista considera que “o provável é que antes que a poluição acabe com a vida no planeta, a própria natureza tome suas providências, segundo aquele seu critério tradicional de manter o equilíbrio biológico” (POLUIÇÃO, 1971, p. 130).

No geral, os problemas ambientais, como a poluição, não eram considerados pelas revistas como sintomáticos da industrialização em si, mas sim como algo fadado à extinção, se colocado em marcha o desenvolvimento da indústria. Com raras exceções, os discursos analisados sobre o assunto só o consideravam grave quando a poluição se apresentava como um problema para a saúde humana, algo que pode esclarecer porque o termo ecologia, na década em questão, era quase exclusivamente utilizado na composição “ecologia humana”.

Em uma reportagem que mostrava o posicionamento do governo diante da permanência de banhistas em praias poluídas na Guanabara, o Instituto de Engenharia Sanitária afirmava, através de análises técnicas, que o fato das praias serem poluídas não queria dizer que fossem contaminadas. Segundo os técnicos da instituição, só haveria perigo para a saúde humana se a praia estivesse contaminada, de maneira que todo o problema estava resolvido (POLUIÇÃO, 1970, p. 116).

Contudo, esse imaginário em que a natureza era percebida como algo a ser dominado economicamente, e ilimitadamente, possibilitando a emergência do “Brasil Grande” ao lado do quadro das nações desenvolvidas se arrefeceu na década posterior. Em meados da década de 1970 a sociedade ocidental se viu diante de uma crise ambiental, obrigando-a a mudar suas perspectivas em relação à natureza. Ao final da década de 70 e início da de 80, começa a haver pressões, em âmbito nacional e internacional, com o objetivo de fazer nascer uma preocupação com o meio ambiente.

No início da década de 1980 as reportagens encontradas nas revistas *Manchete* – sua concorrente, *O Cruzeiro*, só fora editada até meados da década de 1970 – trazem certa preocupação em relação à natureza. Numa reportagem sobre o projeto Rio Formoso – colocado em prática pelo então governador de Goiás, Ary Valadão, e que pretendia revolucionar a agricultura – afirma-se que “a preservação da ecologia da região é outro aspecto relevante do projeto, pois, controlando as inundações e localizando os grandes reservatórios, a fauna ali existente já é hoje fantasticamente mais rica...” (PROJETO, 1980, p. 110). Embora as fotografias que ilustram a reportagem sigam a tendência do fotojornalismo da década anterior, esta foi a primeira vez que o termo ecologia foi encontrado no material pesquisado no sentido do sistema integrado do meio ambiente e não em relação à agronomia ou ao ser humano. Também a questão da preservação surge ressaltando discursos inexistentes nos anos 70.



Em outra reportagem da década de 80 que fala sobre as belezas naturais de Roraima, os jornalistas afirmam que as autoridades já estão “intervindo no estado de maneira adequada”,

neste sentido pode-se dizer, sem exagero, que Roraima parece ter cumprido a plenitude de seu tempo de solidão e que o país está começando a descobrir aquele paraíso na hora certa, em que o despertar de uma consciência ecológica, em nível nacional, pode impedir os estragos provocados por outros tipos de colonização”. (O PARAÍSO, 1981, p. 37)

Reforçando os “ares” da nova década, o artista plástico Krajcberg fez o manifesto do Rio Negro, percorrendo em um barco toda a Amazônia, documentando em fotos e em obras de arte o que o homem fez contra a natureza. Parecia, por sua vez, ter total consciência do que estamos aqui chamando de “obsessão do descompasso”. Em uma entrevista concedida aos repórteres da Manchete o artista diz: “O Brasil é um país surrealista. Tudo que lhe é próprio e característico não é aceito. Assim, desconhece-se a grande importância dos materiais brasileiros como os cipós, as madeiras, as pedras e as terras coloridas” (O NINHO, 1980, p. 134.)

Discursos sobre a natureza: oposições e continuidades

Paralelamente à implantação da política desenvolvimentista e integracionista pelos militares no Brasil, inicia-se uma revisão, em âmbito internacional, à forma como as sociedades humanas vinham tratando, até então, a natureza. No início dos anos 70, com o agravamento da questão ambiental que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, já chamava a atenção do mundo para o poder de destruição das bombas atômicas, para o crescimento populacional e para a contaminação química da

água e do solo, emergem os movimentos ambientalistas e em 1971 é criado o Greenpeace.

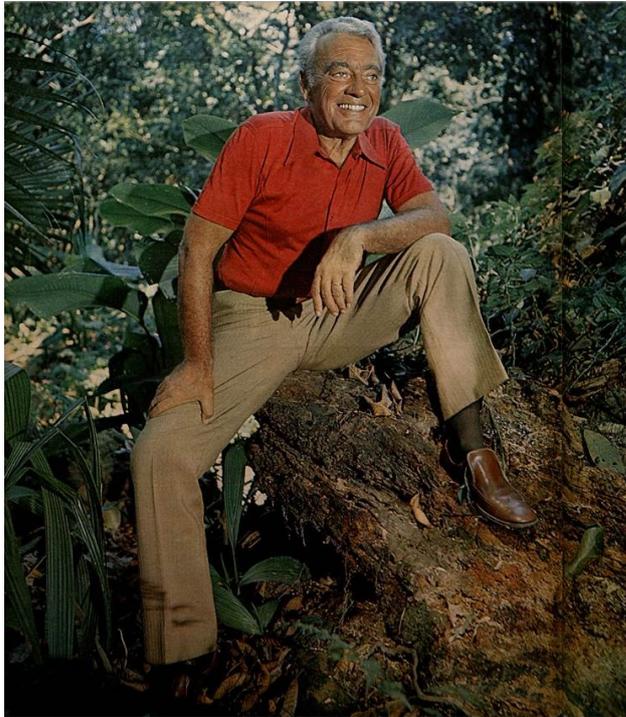
Em 1972, em Estocolmo na Suécia, é realizada a conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, que reforçou o debate sobre o nível de desenvolvimento econômico e sua relação com o meio ambiente. Também na mesma década diversos desastres ambientais provocados pela industrialização acelerada e a crise mundial do petróleo polemizaram a discussão sobre o futuro da humanidade.

Entretanto, o que se percebe no Brasil é que a política militar, inclusive a política internacional, tinha como objetivo remover a qualquer custo todos os tipos de obstáculos que podiam encontrar contra o seu desenvolvimento econômico, tecnológico e científico. Não existia o que se chama hoje de consciência ecológica ambiental, que só surgiria no país nos anos 80. Os militares defendiam que o debate levantado em torno da problemática da natureza tinha por objetivo apenas prejudicar o Brasil, negando a sua possibilidade de atingir o progresso.

As revistas apoiaram veementemente o regime civil-militar na reação às constantes e contundentes críticas que foram feitas ao país após o surgimento da problemática ambiental em âmbito mundial. Nesses ataques ao Brasil os países do Norte criticavam o modo como a industrialização e o desenvolvimento vinham depredando o meio ambiente. Numa fotorreportagem de 1975 que tem como tema a polêmica gerada em torno da construção da rodovia Transamazônica, é apresentada a crítica que dois ecólogos norte-americanos fizeram à construção da estrada e a defesa e justificativa do governo, realizada por Mario Andreazza, o então ministro dos Transportes quando se iniciou o projeto da rodovia.

A reportagem da revista se inicia com a exposição da crítica que os ecólogos norte-americanos Dr. Howard S. Irwin e Dr. Robert J. A. Goodland fizeram à construção da rodovia no livro *Amazon Jungle: green hell to red desert?*. Os ecólogos escreveram que a floresta úmida e tropical é ecologicamente um deserto coberto de árvores e, por isso, a abertura de rodovias no interior da floresta seria ecologicamente inviável, podendo ter sérios impactos ambientais. São utilizados os seguintes argumentos para a crítica ao regime civil-militar: com a destruição da reserva florestal da Amazônia o Brasil e o mundo sofrerão drásticas modificações meteorológicas; para os indígenas (sempre referidos nessas revistas como “índios”) é um verdadeiro desastre a intromissão, em seu habitat, de equipamentos de construtores de estrada com sua parafernália mecânica; a flora e a fauna da região provavelmente se extinguirão, como decorrência inevitável da conquista do espaço geofísico da grande área.

A parte dedicada à crítica dos ecólogos se encerra mostrando o apelo que eles fazem ao governo brasileiro quando dizem que é “preciso fazer alguma coisa para preservar essa grande herança natural e cultural que é a Amazônia, antes que ela se transforme num virtual deserto de barro vermelho” (ANDREAZZA, 1975, p. 7). A partir daí pode-se perceber duas formas de oposição feitas às críticas dos ecólogos.



Um livro publicado nos Estados Unidos acusa o Brasil de ter alterado o meio-ambiente da Terra, ao rasgar estradas na Amazônia. Em depoimento exclusivo para **MANCHETE** o ex-ministro dos Transportes responde a essas denúncias

ANDREAZZA

“A Transamazônica é uma trincheira contra as ambições estrangeiras”

Fotos de Gil Pinheiro, Frederico Mendes e MANCHETE

FLORESTA Amazônica: do Inferno Verde para o Deserto Vermelho — é a pergunta e o título que R. J. Goodland e H. S. Irwin colocaram num livro que está tendo o maior impacto nos Estados Unidos. Segundo eles, a política rodoviária do governo brasileiro, notadamente a Transamazônica, constitui um atentado ao meio-ambiente da Terra. A tese dos americanos é que, se a floresta amazônica o planeta do mundo, não deveria ser tocada pela mão do homem. O ex-ministro dos Transportes, Miro Andreazza, tomando conhecimento das acusações contidas no livro dos dois ecólogos americanos, pressiu a MANCHETE, em depoimento exclusivo, em que defende a política de integração rodoviária nacional, na qual a Transamazônica é uma das principais etapas. Como responsável pela construção daquela estrada, Andreazza garante que foram tomadas todas as precauções técnicas e políticas para a total preservação do meio-ambiente.



Robert J. A. Goodland (à esquerda) e Howard S. Irwin, autores de Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert, afirmam que o governo brasileiro executo uma política predatória na Amazônia, prejudicando sensivelmente a ecologia em nome do desenvolvimento nacional. Para eles, a floresta amazônica deveria continuar a ser protegida em nome da economia brasileira.

PARA os ecólogos americanos, a rede fluvial deveria ser o principal meio de transporte da região amazônica

POM o livro *Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert*, dos cientistas norte-americanos, o Dr. Howard S. Irwin, presidente do Jardim Zoológico de Nova Iorque, e o Dr. R. J. A. Goodland, PhD em Ecologia e membro do Cary Arboretum, dos Estados Unidos, estão comovendo os defensores da ecologia em todo o mundo. Colocaram na ordem do dia a pergunta: o Inferno Verde da floresta amazônica estaria na iminência de se transformar num estéril deserto vermelho? No prelo do *Amazon Jungle*, outro importante cientista, o Dr. Harold S. Irwin, diretor do Instituto Max Planck de Limnologia, diz que a Amazônia está realmente sofrendo um processo de desertificação e o livro não seria mais do que “um apelo veemente e desinteressado a todos os que amam o Brasil e a Amazônia para lutar a exploração predatória”.

Trata-se — acrescenta o diretor do Instituto Max Planck — de uma área única de vida e sem igual em todo o mundo, com uma multiplicidade de formas vegetais e animais, e extraordinárias comunidades biológicas com os últimos sobreviventes de uma grande e única cultura humana. Para os Drs. Goodland e Irwin, qualquer exame sério sobre a seiva amazônica deve começar com esse alarmante diagnóstico: a floresta úmida tropical e ecologicamente a abertura de rodovias na Amazônia sem um cuidadoso estudo de sua viabilidade ecológica e repropor o não aproveitamento dos rios da região para o transporte fluvial. Nem mesmo a exploração de novas jazidas de minérios — dizem os ecólogos Goodland e Irwin — pode justificar a construção de las rodovias na seiva amazônica, já que elas criam fragas para cobrir percursos determinados sem prejuízo do impacto ambiental que poderiam ter, tampouco houve um estudo sério dos recursos naturais



Rasgar o impenetrável floresta amazônica (direita) foi uma ação antecolônica, afirmam Irwin e

A prevalecer a tese dos ecólogos americanos, os operários que trabalham em estradas na Amazônia estarão desempregados.



Goodland. Para Andreazza, entretanto, a nova estrada marcou a efetiva ocupação da economia brasileira numa gigantesca região.

Ilustreal da Amazônia poderá determinar indesejáveis modificações meteorológicas para todo o mundo e obviamente para o Brasil. A estrada Transamazônica é, para os autores, implemente a Transamazônica que vai transportar as populações miseráveis do Nordeste para uma região que não lhes oferecerá melhores condições de vida. Trata-se da ligação de um deserto úmido com outro seco, com um excesso cuso social. A região amazônica será incapaz de absorver o excesso de população do Nordeste. Daí que a solução para o problema não esteja na migração do excedente de população, mas numa política demográfica que reduza a taxa de incremento altíssima na região: 2,8 por cento anuais. O estorço deve ser dirigido para fins o excesso de população, pois o Brasil chegará ao ano 2000 com cerca de 200 milhões de habitantes. Para os índios da região amazônica é um verdadeiro desastre a onerosidade, em seu habitat, de equipamentos de controle de estradas com sua paratrazilha mecânica: bulldozers, tratores, máquinas de terraplenagem, geradores, serras elétricas, caminhões, explosivos etc. O meio de preservar a cultura índia para Goodland e Irwin, seria detetarlos em paz e cumprir rigorosamente as disposições constitucionais em vigor, evitando que eles entrassem em contato com elementos estranhos. Também a flora e a fauna da região estão em perigo e provavelmente se extinguiu como decorrência inevitável da conquista do espaço geográfico da região. Finalmente, Goodland e Irwin sugerem, como uma saída alternativa para a ocupação da Amazônia, a utilização da região dos cerrados como áreas agrícolas. Trata-se — dizem — de uma área de cerca de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, facilmente acessível pelas estradas já existentes, inclusive a Belém—Brasília, que oferece excelentes condições de agricultura. Além disso, a ocupação dos cerrados não representa um risco ecológico como o exercício da agricultura ou da pecuária na Amazônia. Nos Estados Unidos, o livro começa a figurar na lista dos mais vendidos e as teses dos Professores Goodland e Irwin apassam os ecologistas: o Brasil estaria na iminência de perder um sistema ambiental que perdura há milhões. Segundo eles, é preciso fazer alguma coisa para preservar essa grande herança natural e cultural que é a Amazônia, antes que ela se transforme num virtual deserto de barq vermelho.

A primeira é feita por conta da própria revista. São dedicadas apenas duas páginas ao debate feito pelos ecólogos, sendo que cerca de 70% delas são ocupadas por imagens. Por outro lado, o espaço dedicado à defesa do ministro Andreazza possui quatro páginas. A matéria é formatada tendenciosamente, de maneira que acaba por fazer uma grande exaltação ao governo militar e ao projeto transamazônico, concebendo a rodovia como um elemento capaz de dar conta dos problemas da região Norte e Nordeste. Nessa fotorreportagem, em especial, as legendas reforçam muito o conteúdo das fotos. São elas: “A prevalecer a tese dos ecólogos americanos, os operários

que trabalham em estradas na Transamazônica estariam desempregados”; “Apesar da sua extensão, a Transamazônica não chega a prejudicar o patrimônio ecológico da região. Em muitos trechos a própria floresta disfarça a rodovia vital para o progresso da Amazônia”; “Com a construção da estrada, muitas agrovilas foram criadas às suas margens, dando novas condições aos moradores que antes viviam marginalizados do processo da civilização”.

A segunda forma de oposição às críticas dos ecólogos norte-americanos é o discurso pronunciado por Andrezza e reproduzido integralmente na reportagem. Para ele a Transamazônica foi combatida por aqueles que negam ao Brasil o direito de ocupar o seu território na luta pelo desenvolvimento. Diz também que o Brasil tem consciência do que a floresta amazônica representa para o equilíbrio ecológico do mundo e que os países altamente industrializados não tiveram, no passado, essa preocupação ambiental. O ministro afirma que,

O desmatamento produzido pelas estradas construídas e que se constroem na Amazônia não representa mais que meros fios de tecido que se retiram de um tapete gigantesco. Mas permitirá a conquista da região, sua integração ao resto do país e, principalmente, a aplicação de toda tecnologia hoje disponível ao homem, não apenas para a exploração de recursos naturais, mas também para a própria preservação daquela reserva florestal. (ANDREAZZA, 1975, p. 8)

Com essa concepção acerca da natureza e de sua preservação, o Estado ditou de forma centralizada, até meados da década de 1980, a política ambiental brasileira. Somente após esse período, com a consolidação dos movimentos ambientalistas, que a formulação e implementação da política ambiental do país começaram a ser resultado de opiniões, ideias, valores e estratégias de diversos atores e grupos sociais. Na década de 70, quando essas políticas começaram a ser efetivamente implantadas, o Estado era o principal agente atuante. Cabe, então, compreender algumas razões que orientaram essas políticas, em âmbito nacional e internacional, no momento mais importante e crítico da questão ambiental no século XX.

Também neste caso, não é possível ignorar que os acontecimentos externos, que o cenário e ação mundial, influenciaram diretamente na política ambiental brasileira. Em 1971, no mesmo ano em que foi criado o Greenpeace, o Clube de Roma, grupo formado pelos países desenvolvidos do Norte, divulgou o relatório Os Limites do Desenvolvimento, com o objetivo anunciado de aprofundar e difundir os problemas principais da humanidade. Entretanto, a principal proposta do Clube de Roma foi a defesa do “crescimento zero”, fechando caminho para o crescimento dos países subdesenvolvidos.

Logo depois, o desastre na Baía de Minamata, no Japão, motivou a solicitação sueca para a realização da Conferência das Nações Unidas. Na reunião um dos principais pontos fora a contestação das propostas do relatório do Clube de Roma, pois enquanto os países desenvolvidos defendiam um “crescimento zero”, os países em desenvolvimento reivindicavam o direito de alcançar um nível de industrialização que chegasse perto ao alcançado pelos países de primeiro mundo.

O Brasil liderou a aliança dos países periféricos contrários à limitação de desenvolvimento imposta pelas nações mais ricas. A delegação brasileira que

representou o Brasil na conferência se norteou pelo discurso pronunciado por Araújo Castro, representante permanente do Brasil nas Nações Unidas, na sede da embaixada do Brasil em Washington, em 1971. Segundo ele,

na consideração dos problemas atinentes à preservação do meio-humano, tende-se a colocar uma tônica demasiado forte nos perigos da rápida industrialização. Acentuam-se os perigos da poluição, certamente graves para os países altamente industrializados, quando a maior parcela do planeta ainda vive num estágio de pré-contaminação ou, em outras palavras, ainda não teve a oportunidade de ser poluída. Duas terças partes da humanidade estão mais ameaçadas pela fome e pela penúria do que pelos males da poluição. Por isso mesmo, causam apreensões as recentes declarações do senhor MacNamara – contraditas pelo Brasil no conselho econômico social – de que o Banco Mundial doravante não autorizará qualquer projeto de desenvolvimento econômico sem uma avaliação minuciosa de eventuais repercussões sobre o “environment”. É claro que os países em desenvolvimento não quererão incorrer nos mesmos erros em que incorrem os países altamente industrializados, mas é evidente que não poderíamos aceitar a ressurreição, em pleno século XX, da teoria do ‘selvagem feliz’, de Rosseau, que deu sabor e colorido a todo romantismo francês. “Não deixe acontecer com suas cidades o que aconteceu com Nova York”. “Conservem suas belas praias”. São frases essas constantemente marteladas nos tímpanos dos representantes dos países em desenvolvimento. Ora, esses países em desenvolvimento partem da premissa de que qualquer programa adequado para a preservação do meio humano deve ter em linha de conta os fatores básicos do desenvolvimento, já que o subdesenvolvimento representa, por si só, uma das piores formas de poluição do “environment”. (ARAÚJO CASTRO, 1972, p. 18-19)

Entretanto, apesar da posição e do discurso do Brasil, o que ocorreu foi que, para continuar a política técnico-econômica desenvolvimentista, o regime se viu pressionado pelos organismos internacionais. Com o crescimento da preocupação ambiental, as instituições financeiras públicas e privadas começaram a colocar exigências para a realização de investimentos no país em virtude do ritmo acelerado de degradação de seu grande patrimônio natural.

Assim, “as políticas ambientais entram em contradição com as políticas modernizantes e de integração nacional implementadas pelo regime militar, com forte impacto sobre a Bacia Amazônica” (CUNHA; COELHO, 2005, p. 51). Deu-se, então, que o Estado, único agente estruturador das incipientes políticas ambientais no momento, criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os investimentos externos pudessem aqui aportar. Isto ocorreu sem que antes tivesse se enraizado um movimento ecológico no país, de maneira que a lógica dessas instituições criadas era regida pela política global de atração de investimentos e não pelo valor intrínseco da questão ambiental.

Como um texto segue sempre se (re)construindo, o discurso de Araújo Castro às vésperas da Conferência de Estocolmo, abre possibilidades a algumas frentes de debates. Aqui, procurei abordar duas delas: uma diz respeito à oposição surgida entre o Brasil – que defendia uma soberania permanente sobre os recursos de seu território – e as nações desenvolvidas – que defendiam que a floresta amazônica deveria ser tomada como “patrimônio global”. O outro aspecto importante desse discurso se relaciona à forma como o regime civil-militar brasileiro pretendia considerar seus

recursos naturais, atentando-se para como essa concepção se desdobra e frutifica após o golpe de 2015, consolidando-se a atual política ambiental brasileira, fundamentada na conjugação do agronegócio e do autoritarismo.

Referências:

A ERA das superestradas. *O Cruzeiro*, 20 jan. 1970, n. 4, p. 130-135.

À GERAÇÃO 2000. *O Cruzeiro*, 10 jan. 1972, n. 2, pp. 12-13.

A MARCHA do dilúvio. *O Cruzeiro*, 07 jul. 1971, n. 27, p. 14-17.

ACRE: explosão de progresso. *O Cruzeiro*, 03 jan. 1973, n. 1, p. 118-119.

ANDRADE, Ana Maria; CARDOSO, José Leandro. Aconteceu, virou Manchete. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n.41, p.243-264, 2001.

ANDREAZZA: “A Transamazônica é uma trincheira contra as ambições estrangeiras”. *Manchete*. Rio de Janeiro: n. 1223, 27 set. 1975, p. 4-11.

ARAÚJO CASTRO, J. A. de. O congelamento do poder mundial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, n. 33, 1972, p. 18-19.

ASFALTO na Belém-Brasília. *O Cruzeiro*, 14 jul. 1971, n. 28, p. 122-125.

BAITZ, Rafael. *Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964)*. Série Teses. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP, 2003.

CIDADE Vera: a civilização chega à selva. *O Cruzeiro*, set. 1972, p. 240-242.

COLONOS na Transamazônica: bandeirantes da esperança. *O Cruzeiro*, 03 jan.1973, n. 1, p. 84-89

COMO corre o São Francisco. *Manchete*, n. 909, 20 set. 1969, pp. 94-107.

CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José (Orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 43-79.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HORA Decisiva. *O Cruzeiro*, 08 set. 1971, n. 36, p. 130.

LONDRES, 1952: 4000 mortos em um dia de poluição. *Realidade*. Ano X, n. 115, outubro de 1975, pp. 30-34.

MARANHÃO: a estrada e o progresso. *O Cruzeiro*. 25 abr. 1973, n. 17, p. 120-123.

O NINHO ecológico de Krajcberg. *Manchete*, 17 mai 1980, n. 1465, p. 134.

O PARAÍSO perdido do Brasil. *Manchete*, 22 ago 1981, n. 1531, p. 34-38 e 41.

O PROJETO Radam. *O Cruzeiro*, set. 1972, p. 68.

OPERAÇÃO Oswaldo Cruz montou as bases para a Transamazônica. *O Cruzeiro*, 08 set. 1971, n. 36, p. 116-119.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OS CAMINHOS da Transamazônica. *O Cruzeiro*, 02 ago. 1972, n. 31, pp. 16-18.

POLUIÇÃO. *O Cruzeiro*, 03 nov 1971, n. 44, p. 130.

POLUIÇÃO: perigo ou não? *O Cruzeiro*, 20 jan 1970, n. 4, p. 114-117.

PROJETO Rio Formoso: uma revolução na agricultura. *Manchete*, 05 jul. 1980, 1472, p. 108-111

SAMAÚMA: o barco da esperança para a Amazônia. *Manchete*, 17 mar. 1979, n. 1404, p. 132-134.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: 34, 2003.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TONELADAS de pó. *Veja*, 4 jul. 1973. p. 50.